



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 10497/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Adjunto do meu gabinete, o Licenciado José Manuel Almeida Teixeira Palaio, da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 21 de outubro de 2017.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

2 de novembro de 2017. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: José Manuel Almeida Teixeira Palaio.
Data de nascimento: 5 de maio de 1970.

II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Ciências Jurídicas e Assessoria de Empresa pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

Pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1999.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1997.

III — Experiência profissional:

Membro da Comissão de Políticas de Voluntariado do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social, como representante efetivo do membro do Governo responsável pela área da cidadania e da igualdade.

Membro do Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em representação do membro do Governo responsável pela área da cidadania e da igualdade.

Membro permanente da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, em representação do organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género.

Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade do departamento governamental do Ministro Adjunto no XXI Governo Constitucional, com responsabilidades, entre outras, pela conceção, preparação e redação dos diplomas da iniciativa daquele gabinete, assim como de acompanhamento e anotação das agendas de Secretários de Estado e de Conselho de Ministros e, ainda, nas áreas da igualdade de género e LGBTI.

Consultor do Grupo de Acompanhamento da Ação da Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida da Direção-Geral da Saúde, em representação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde fevereiro de 2014.

Vogal, em representação da Administração, na Comissão Paritária dos Trabalhadores da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde dezembro de 2013.

Membro do Working Group Equality Law in Practice da European Network of Equality Bodies — EQUINET, desde fevereiro de 2013.

Membro do Conselho Coordenador da Avaliação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde fevereiro de 2012.

Membro da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, em representação do membro do Governo responsável pela área da igualdade, desde julho de 2011.

Chefe de Divisão da Divisão de Assuntos Jurídicos da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde março de 2009.

Conselheiro para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social durante o XVIII Governo Constitucional.

Membro do Grupo de Trabalho de Apoio à Entidade Coordenadora do IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica, durante o XVIII Governo Constitucional.

Membro da Secção Interministerial do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, durante o XVIII Governo Constitucional.

Coordenador da Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVIII Governo Constitucional. Coordenador da Equipa de Projeto de conceção e implementação do Plano de Ação para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVIII Governo Constitucional.

Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no XVIII Governo Constitucional, com responsabilidades, entre outras, pela conceção, preparação e redação dos diplomas da iniciativa daquele gabinete, assim como de outros diplomas estruturantes das reformas introduzidas nas áreas das pessoas com deficiências e das crianças e jovens em risco, para além do acompanhamento e anotação das agendas e reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros, bem como do apoio jurídico ao trabalho desenvolvido, nas áreas de intervenção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, para a Comissão de Acompanhamento do PO Temático Potencial Humano, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN.

Conselheiro Geral do INATEL — Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P., como representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVII Governo Constitucional.

Assessor do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no XVII Governo Constitucional, com funções na área jurídica, nomeadamente como responsável pelas iniciativas legislativas das políticas para a deficiência, para as crianças e jovens em risco, para a família, para o voluntariado e, ainda, na área da cidadania e igualdade de género em matérias que envolviam a atuação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Iniciou a sua atividade profissional na administração pública em 2001, como Técnico Superior de 2.ª classe na Unidade de Apoio Jurídico e de Contencioso do Departamento de Recursos Humanos do Instituto da Segurança Social, I. P., passando para a categoria de Técnico Superior de Apoio Especializado — Jurídico e Contencioso, onde ascendeu à categoria de Assessor.

Após a conclusão do estágio profissional na Ordem dos Advogados do Conselho Distrital de Coimbra, desempenhou o cargo de Diretor dos Serviços Jurídicos da Locadora Santander Central Hispano, S. A., tendo exercido advocacia, a tempo parcial, até 2003.

IV — Formação complementar:

Frequentou diversos cursos, seminários, congressos e ações de formação, de onde se destaca:

Legística: Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2014).

Técnico de Apoio à Vítima — Formação de agentes qualificados/as que atuam no domínio da Violência Doméstica e/ou prevenção e revitimização desta (União de Mulheres Alternativa e Resposta — UMAR, 2013).

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2013).

Formação Teórico-Prática — Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (anoGov, 2013).

Ação Formativa — Direitos Humanos e Envelhecimento (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

Ciclo de Conferências — Situações Familiares de Rutura: a Violência Doméstica (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012).

(Des)Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens — Uma experiência aplicada (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2012).

Curso de Formação Profissional — Formação Avançada — A revisão do Código dos Contratos Públicos pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (Gatewit Training Center, 2012).

Curso de Formação Profissional — Formação Prática — FC1 — Compras Públicas PRO (Gatewit Training Center, 2012).

DASH (2009) — Domestic Abuse, Stalking, Harassment and Honour Based Violence — Masterclass Risk Training (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2012).

DEGENERO — Diploma de Especialização em Mainstreaming do Género nas Políticas Públicas (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2011).

Meios de Resolução Alternativa de Litígios: identificar a discriminação, promover a igualdade (ILGA, Portugal, 2011).

Legal Seminar — Approaches to Equality and Non Discrimination Legislation Inside and Outside the EU (European Commission — Justice DG, 2011).

The Anti-Discrimination Directives 2000/43 and 2000/78 in practice (Academy of European Law — ERA, 2011).

Curso Novas Tendências em Gestão de Saúde (Formação de Executivos da Faculdade de Ciências e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2010). Conferência Internacional — A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: um desafio para a igualdade e autonomia (Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., 2009).

1.º Seminário Legal da EQUINET sobre Não Discriminação (European Network of Equality Bodies — EQUINET, 2009).

A avaliação dos serviços no SIADAP: construção dos QUAR através do BSC (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2008).

Curso de Formação Profissional de Técnicas de Inquirição (Instituto da Segurança Social, I. P., 2007).

Tem o Curso de Formação Profissional Pedagógica Inicial de Formadores, tendo desempenhado tais competências como formador interno eventual do Instituto da Segurança Social, I. P., na área do direito administrativo, como formador interno da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género na área da violência doméstica e de género, e como formador externo da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, na área da cidadania, igualdade de género e não discriminação.

310925186

Secretaria-Geral

Aviso n.º 14478/2017

Nos termos do estatuído nos n.ºs 5 e 6 artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 15 de setembro de 2017, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora Liliana Sofia Fernandes Pereira, na carreira geral unicategorial de técnico superior. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 19,25 valores de acordo com o processo de avaliação previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP.

14 de novembro de 2017. — O Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, *David Xavier*.

310926344

Aviso n.º 14479/2017

Nos termos do estatuído nos n.ºs 5 e 6 artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 12 de setembro de 2017, foi homologada a avaliação final do período experimental do trabalhador Pedro Alexandre Bismark Ferreira, na carreira/categoria de técnico superior. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de dezanove valores, de acordo com o processo de avaliação previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP.

14 de novembro de 2017. — O Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, *David Xavier*.

310926377

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização

Louvor n.º 476/2017

Expresso público louvor à licenciada Elisabete da Conceição dos Santos Velez pela forma exemplar como desempenhou as suas funções de técnica especialista ao serviço do meu Gabinete.

A licenciada Elisabete da Conceição dos Santos Velez alia uma sólida formação a uma permanente disponibilidade, dedicação e sentido de serviço público.

Considero ser de destacar o seu trabalho de assessoria jurídica, planeamento e estratégia e, em especial, o acompanhamento das matérias de custos de contexto.

Assim, muito me apraz reconhecer o desempenho da licenciada Elisabete da Conceição dos Santos Velez e torná-lo público através do presente louvor.

14 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado da Internacionalização, *Eurico Jorge Nogueira Leite Brilhante Dias*.

310924262

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Ministro da Administração Interna e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 10498/2017

Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 283.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, n.º 84/2015, de 7 de agosto, e n.º 18/2016, de 20 de junho, ponderados que se encontram o interesse público e a conveniência de serviço, é prorrogada, até 20 de maio de 2018, a licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional concedida a Maria do Guadalupe Abreu Matos Megre Pires, Inspetora Coordenadora Superior da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para o exercício de funções na Organização das Nações Unidas — UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime), nos termos do Despacho n.º 2426/2014, de 4 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro, do Despacho n.º 1467/2014, de 1 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 4 de dezembro, do Despacho n.º 14207/2015, de 17 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 2 de dezembro, do Despacho n.º 9552/2016, de 8 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 26 de julho e no Despacho n.º 541/2017, de 28 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro.

O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017.

17 de novembro de 2017. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*. — 23 de novembro de 2017. — A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, *Ana Paula Baptista Grade Zacarias*.

310953796

FINANÇAS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 14480/2017

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, conjugado com o disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora Liliana Sabrina Fonseca Branco concluiu com sucesso o período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, realizado na sequência da aprovação no procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 11831/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 16 de outubro de 2015, tendo-lhe sido atribuída a avaliação final de 14,81 valores, a qual foi homologada pelo despacho do Secretário-Geral do Ministério das Finanças, de 17 de maio de 2017.

14 de novembro de 2017. — O Secretário-Geral-Adjunto do Ministério das Finanças, *Adérito Duarte Simões Tostão*.

310926077

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 14481/2017

1 — Em aditamento ao Aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 215/2017, de 08/11/2017, notificam-se os candidatos ao